



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPel e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Collaço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

Interdisciplinaridade e Intersecções: Temas e Problemas nos campos da Antropologia, Nutrição e Saúde

Autoria: Talita Prado Barbosa Roim (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Nos últimos anos o diálogo científico entre o campo da antropologia e os campos da nutrição e da saúde pública no Brasil têm se entrelaçado e propiciado resultados significativos no que diz respeito às pesquisas interdisciplinares em detrimento do avanço de teorias, metodologias e tecnologias em diversas áreas de interesse, dentre tantas: Educação Alimentar e Nutricional; Corpo, Saúde, Comunicações e Tecnologias; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; e, Políticas Públicas. Esta comunicação tem o intuito de refletir sobre esses avanços desde os anos 2000 até a atualidade, partindo de análise de algumas das publicações de impacto, que foram selecionadas por meio de critérios em um sistema de busca especializado em publicações científicas ? Google Acadêmico ? e, cruzando dados com importantes momentos históricos e decisões político-administrativas que contribuíram para o desenvolvimento do campo de pesquisa com resultados profícuos para a população brasileira. Percebemos que os estudos interdisciplinares contribuíram efetivamente no avanço de pesquisas, expandindo fronteiras e sendo adotados como interlocutores para a construção de políticas públicas, como por exemplo, o Programa Fome Zero criado em 2003 no governo federal brasileiro, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que desdobrou outros projetos como o Guia Alimentar publicado em sua primeira edição em 2006. Consideramos este estudo importante para a reflexão do campo e da política na medida em que nos ajuda a pensar o presente e o futuro, tanto das pesquisas, quanto, principalmente, da continuidade e desenvolvimento de políticas públicas que garantam minimamente o direito à alimentação adequada e saudável para a população, bem como a soberania alimentar no Brasil.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: